

## Igualdade no fornecimento de energia: um objetivo a ser perseguido

*LEITE, Claubert. "Igualdade no fornecimento de energia: um objetivo a ser perseguido". Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2019.*

Ao final de setembro, o Ministério de Minas e Energia (MME) recolheu contribuições da sociedade para a Consulta Pública 86/2019, a respeito dos indicadores de qualidade da Energisa Tocantins. Na ocasião, o Idec também enviou suas sugestões com o objetivo de garantir que os direitos dos consumidores fossem levados em consideração, sobretudo no que diz respeito aos princípios da essencialidade, continuidade e qualidade.

A qualidade da energia para o consumidor é medida basicamente por dois indicadores, a quantidade de horas que ele ficou sem energia e quantas vezes ocorreu essa interrupção. É a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que define esses limites e mensura esses valores, que depois são divulgados ao público de modo coletivo, ou seja, valores médios por conjunto elétrico de cada distribuidora.

Em 2018, o Idec realizou uma pesquisa, com base nesses dados da ANEEL, e mostrou que 51% (1.591) dos conjuntos elétricos em 2017 ficaram mais tempo sem energia do que o limite, isto é, apresentaram o indicador de duração da interrupção (DEC) maior do que o permitido. Para definir os limites em cada conjunto elétrico a Agência considera diversos fatores, tais como densidade das unidades consumidoras, o mercado de energia, a vegetação da área e o índice pluviométrico. Então, mesmo dentro de uma mesma cidade, podem haver limites diferentes, sendo que isso é mais notório quando comparamos diferentes estados e regiões.

Exemplificando para o caso de Tocantins, segundo a ANEEL, um consumidor do município de Ananas pode ficar até 33 horas sem energia e ter o serviço interrompido por até 15 vezes no ano, enquanto que um consumidor que vive no centro de São Paulo tem como limite, no máximo, três horas seguidas de escuridão e duas interrupções no mesmo período.

A conclusão é que o sistema cria uma situação de completa desigualdade na qual o consumidor tocantinense tende a sentir os impactos da falta de eletricidade cerca de dez vezes mais do que o paulistano. E pior, em geral, as regiões com limites de falhas mais altos são as que pagam as maiores tarifas pelo serviço. Garantir energia acessível a todos significa que o consumidor brasileiro deve ter acesso à mesma qualidade de serviço, em qualquer região que esteja. Embora as diferenças do padrão de rede, da infraestrutura e das características de atendimento sejam motivos para que existam limites diferentes, a igualdade precisa ser buscada, mesmo que a longo prazo.

**Clauber Leite é pesquisador do Idec em Energia e Consumo Sustentável**